



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

AVISO DE PRIVACIDADE

Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES

1. Quem somos?

A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES) é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela prestação de assistência jurídica integral e gratuita às pessoas em situação de vulnerabilidade.

A DPES está comprometida com a proteção dos dados pessoais e com a privacidade dos cidadãos, realizando o tratamento dessas informações em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com a Lei de Acesso à Informação e com a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, instituída pelo Ato Normativo DPG nº 03/2026.

2. Quem é o controlador dos dados pessoais?

A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DPES atua como Controladora dos dados pessoais tratados no exercício de suas atribuições institucionais.

Endereço: Praça Manoel Silvino Monjardim, nº 54, Centro, Vitória/ES – CEP 29010-390

Site institucional: <https://www.defensoria.es.def.br>

CNPJ: 00.671.513/0001-24

3. Quais dados pessoais tratamos?

A DPES poderá tratar dados pessoais necessários ao exercício de suas atribuições institucionais, tais como:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

Dados de identificação

- Nome completo;
- CPF;
- RG;
- Data de nascimento;
- Filiação;
- Nacionalidade;
- Estado civil;
- Fotografia.

Dados de contato

- Endereço;
- E-mail;
- Telefone;
- Endereço profissional.

Dados funcionais

- Matrícula;
- Cargo;
- Lotação;
- Dados financeiros necessários à gestão administrativa.

Dados processuais e administrativos

- Informações constantes em processos judiciais;
- Informações constantes em procedimentos administrativos;
- Documentos apresentados pelos interessados;
- Informações fornecidas em formulários e requerimentos.

Dados pessoais sensíveis

Quando necessário e autorizado pela legislação, poderão ser tratados dados relativos à:

- saúde;
- biometria;
- origem racial ou étnica;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

- convicção religiosa;
- vida sexual;
- dados genéticos;
- outras informações classificadas como sensíveis pela LGPD.

4. Para quais finalidades utilizamos seus dados?

A DPES trata dados pessoais para as seguintes finalidades:

Atendimento jurídico

- orientação jurídica;
- conciliação;
- atuação judicial e extrajudicial;
- acompanhamento de processos.

Gestão administrativa

- gestão de pessoas;
- contratação de bens e serviços;
- gestão de contratos e convênios;
- execução orçamentária e financeira.

Procedimentos internos

- sindicâncias;
- processos administrativos;
- procedimentos disciplinares;
- auditorias e controles internos.

Transparência e comunicação

- cumprimento da Lei de Acesso à Informação;
- divulgação de informações institucionais;
- atendimento aos órgãos de controle;
- produção de estatísticas e indicadores institucionais.

Segurança

- proteção das pessoas;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

- segurança patrimonial;
- segurança dos sistemas de informação.

5. Qual a base legal para o tratamento dos dados?

A DPES realiza o tratamento dos dados pessoais com fundamento nas hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e 23 da LGPD, especialmente:

- cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- execução de políticas públicas;
- exercício regular de direitos em processos judiciais e administrativos;
- proteção da vida e da integridade física;
- tutela da saúde;
- consentimento, quando exigido pela legislação.

Em razão de suas atribuições constitucionais, a DPES poderá tratar dados pessoais, inclusive dados sensíveis, independentemente do consentimento do titular, quando houver previsão legal.

6. Com quem compartilhamos seus dados?

Os dados pessoais poderão ser compartilhados somente quando necessário e nas hipóteses legalmente autorizadas.

Isso poderá ocorrer com:

- Poder Judiciário;
- Ministério Público;
- Defensoria Pública da União e dos demais Estados;
- Polícia Judiciária;
- órgãos da Administração Pública;
- Tribunal de Contas;
- Controladoria;
- Conselho Nacional;
- empresas contratadas para prestação de serviços que envolvam tratamento de dados pessoais.

A DPES não compartilha informações protegidas pelo sigilo profissional do Defensor Público, salvo nas hipóteses previstas em lei.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

7. Como protegemos os seus dados?

A DPES adota medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra:

- acessos não autorizados;
- perda;
- destruição;
- alteração;
- vazamentos;
- divulgação indevida;
- qualquer forma de tratamento ilícito ou inadequado.

Entre essas medidas estão:

- controle de acesso a sistemas;
- regras de segurança da informação;
- monitoramento de acessos;
- cópias de segurança (backup);
- capacitação periódica dos colaboradores;
- avaliação de riscos;
- elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados, quando necessário.

8. Por quanto tempo os dados são armazenados?

Os dados pessoais são mantidos pelo período necessário para cumprir as finalidades que justificaram sua coleta, observando:

- a legislação processual;
- a Lei de Acesso à Informação;
- a legislação arquivística;
- as normas internas de gestão documental;
- demais obrigações legais aplicáveis.

9. Quais são os seus direitos?

Você pode solicitar, a qualquer momento:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos seus dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários;
- portabilidade dos dados;
- informações sobre compartilhamento;
- revogação do consentimento, quando aplicável;
- revisão de decisões automatizadas;
- outras informações previstas na LGPD.

10. Como exercer seus direitos?

Você poderá exercer seus direitos pelos seguintes canais:

E-mail do Encarregado de Dados

encarregado@defensoria.es.def.br

Telefone institucional

(27) 3198-3300

Atendimento presencial

Mediante agendamento prévio.

A DPES responderá às solicitações em até 15 dias, podendo esse prazo ser prorrogado mediante justificativa.

O exercício dos direitos é gratuito e não depende de justificativa, salvo quando a legislação exigir.

11. Proteção especial a pessoas em situação de vulnerabilidade

A DPES possui especial atenção à proteção dos dados pessoais de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo:

- crianças e adolescentes;
- pessoas idosas;
- pessoas com deficiência;



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

- pessoas privadas de liberdade;
- mulheres em situação de violência doméstica;
- pessoas em situação de rua;
- povos indígenas;
- quilombolas;
- migrantes e refugiados;
- pessoas LGBTQIA+ em situação de discriminação ou violência.

O tratamento desses dados observa medidas reforçadas de segurança, minimização e acessibilidade.

12. Cookies e navegação no portal

O portal da DPES utiliza cookies e tecnologias semelhantes para:

- garantir o funcionamento adequado do site;
- melhorar a experiência do usuário;
- registrar acessos para fins estatísticos;
- cumprir obrigações legais relativas a registros de conexão e acesso.

Você pode configurar seu navegador para recusar cookies ou ser avisado quando eles forem utilizados.

13. Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) é o canal de comunicação entre a DPES, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

Encarregado Titular: Ivan Mayer Caron

Encarregada Substituta: Ana Carolina Lecoque Amorim

E-mail: encarregado@defensoria.es.def.br

Telefone: (27) 3198-3300

Atendimento Presencial: Disponível mediante agendamento prévio pelos canais acima.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.defensoria.es.def.br

14. Alterações deste Aviso

Este Aviso de Privacidade poderá ser atualizado periodicamente para refletir alterações legislativas, regulatórias ou melhorias nos processos institucionais de proteção de dados pessoais.

Última atualização: 19/06/2026

Versão: 1.0